

REFLEXÕES SOBRE A OFERTA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS-TO

Karinne Sousa Marinho¹
karinnemarinho123@gmail.com

Liliane Alves Bezerra²
lilianealvez160@gmail.com

Rutileia Carvalho Xavier Pinho³
ruthpedagogia@uft.edu.br

RESUMO: Este artigo tem por finalidade refletir sobre a oferta da educação de jovens e adultos no município de Miracema do Tocantins-TO. O presente estudo consta de um relato de experiência, a partir de atividades de campo propostas pela disciplina de Educação de Jovens e Adultos, do Curso de Pedagogia, Campus Universitário de Miracema do Tocantins, da Universidade Federal do Tocantins, realizadas no primeiro semestre do ano de 2018. As ações resultaram num mapeamento das unidades escolares que ofertam a modalidade de educação de jovens e adultos, e seus respectivos segmentos (ensino fundamental e ensino médio), na área urbana e rural do município de Miracema do Tocantins-TO. Foram realizadas visitas na Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), na Diretoria Regional de Ensino do Estado do Tocantins (DRE), de Miracema do Tocantins-TO e nas sete instituições educacionais, em âmbito municipal e estadual, que ofertam a EJA, sendo uma delas escolhida, o Centro de Ensino Médio Santa Terezinha, por ofertar o 2º segmento da EJA, para ser a escola-campo da pesquisa. Os dados da pesquisa foram extraídos do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola-campo. E as atividades de campo objetivaram relacionar as políticas públicas para a EJA, com a realidade construída nas unidades educacionais. A EJA é uma ferramenta social que possibilita ao educando compreender de forma crítica e reflexiva a dinâmica da sociedade. E na formação de professores é imprescindível que as relações de ensino e aprendizagem sejam apreendidas de maneira que contribuam para a compreensão das especificidades e peculiaridades do universo da educação de jovens e adultos.

Palavras-chaves: Educação de Jovens e Adultos, Políticas Públicas Educacionais, Centro de Ensino Médio Santa Terezinha.

¹ Acadêmica do 6º período do Curso de Pedagogia. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Campus Universitário de Miracema do Tocantins (UFT).

² Acadêmica do 9º período do Curso de Pedagogia. Ex-Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares e dos Afros-Brasileiros (NEAF/UFT). Monitora voluntária da disciplina Seminário de Pesquisa I. Campus Universitário de Miracema do Tocantins (UFT).

³ Orientadora. Mestranda em Educação (PPGE/UFT). Professora da disciplina de Educação de Jovens e Adultos. Curso de Pedagogia. Campus Universitário de Miracema do Tocantins. UFT. Especialista em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e Inclusão Social (UFT).

INTRODUÇÃO

O presente artigo buscou compreender o processo histórico, social e político de efetivação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como modalidade de educação básica e sua relevância para a qualidade da educação básica, no município de Miracema do Tocantins-TO.

Com a regularização da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, como modalidade básica da educação básica, a sua oferta expandiu-se em âmbito federal, estadual e municipal garantindo a escolarização às pessoas que não tiveram oportunidade de concluírem seus estudos na idade apropriada, e que busca nessa, a oportunidade de voltarem e/ou concluírem os seus estudos para a efetivação de sua cidadania.

Dessa forma, para conhecermos o processo histórico, social e político dessa modalidade da educação básica aportamos em autores como Lúbâneo (2007); Miranda (2016); Almeida & Corso (2015) e Paulo Freire (1986). E nas políticas públicas educacionais: Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional/LDB nº 9.394/1996 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Resolução CNE/CEB nº 1/2000 e o Parecer CNE/CEB nº 11/2000). A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é caracterizada como modalidade da educação básica e tem como objetivo garantir a escolarização aos sujeitos que não tiveram oportunidades na idade adequada. É uma ferramenta social que possibilita ao educando compreender de forma crítica a dinâmica da sociedade.

A pesquisa teve como objetivo geral mapear as unidades escolares que ofertam a modalidade de educação de jovens e adultos, em seus respectivos segmentos (ensino fundamental e ensino médio), na cidade e no campo, do município de Miracema do Tocantins-TO.

Os objetivos específicos da pesquisa pautaram em averiguar como se deu o processo de criação da EJA nessa unidade de ensino; compreender suas resoluções; identificar quais seus objetivos e função social; avaliar como está sendo sobreposta esta modalidade de ensino na escola-campo e relacionar o currículo desenvolvido com os educandos, por meio das diretrizes curriculares para a educação de jovens e adultos.

Embora, a EJA constitua amparada por políticas públicas, como por exemplo; a constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN Nº 9.394/1996), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB nº 11/2000 e adequação da Resolução CNE/CEB nº 1/2000), e nos pareceres que reexaminam essa modalidade da educação básica. Ela não vem sendo notada

pelos governantes como algo primordial para o desenvolvimento sócio- político do país. Mesmo com todas essas leis que a regulamentam, consideramos que a realidade não condiz com a teoria. Faz - se importante pesquisar e falar sobre esse assunto, pois, a EJA e capaz de mudar para melhor a vida de uma pessoa, a EJA volta a impulsionar sonhos que por algum motivo, tiveram que ficar em segundo ou terceiro plano. Acreditarmos que se nós batermos na mesma tecla, apresentando resultados de pesquisas como tal, algo posso mudar em relação a essa modalidade de ensino.

METODOLOGIA

Para a realização do estudo, aportamos à pesquisa bibliográfica, que é realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Esse método é primordial no caminho da pesquisa (FONSECA, 2002). E na pesquisa documental, que como aponta Fonseca (et. al.) recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, nos propomos analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola-campo e identificar como a temática da EJA é abordada.

Para o levantamento de informações foram realizadas visitas na Secretaria Municipal de Educação e nas sete instituições educacionais que ofertam a modalidade de ensino na cidade.–E para a pesquisa de campo escolhemos uma dessas instituições, o Centro de Ensino Médio Santa Teresinha, como escola-campo, por ofertar o 2º segmento. A Proposta Curricular do 2º segmento (6º ao 9º do ensino fundamental) da EJA, parte do princípio de que a construção de uma educação básica para jovens e adultos, voltada para a cidadania, não se define apenas garantindo a oferta de vagas, mas, sim, oferecendo um ensino de qualidade, fornecido por professores capazes de agrupar ao seu trabalho avanços das pesquisas nas distintas áreas do conhecimento e de estarem atentos às dinâmicas sociais e as suas implicações no âmbito escolar.

Além disso, é importante definir claramente o papel da Educação de Jovens e Adultos na sociedade brasileira e de que modo os objetivos propostos para o Ensino Fundamental podem ser atingidos por esses alunos no Centro de Ensino Médio Santa Terezinha, no município de Miracema do Tocantins-TO.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para discorrermos sobre a educação de jovens e adultos no Brasil é necessário que recorramos aos processos de construção cultural, social, político e histórico da em referência a efetivação dessa modalidade de educação básica.

Os movimentos populares e os programas de enfrentamento e combate ao analfabetismo concluíram-se no processo de construção das políticas públicas para a educação de jovens e adultos. E as efetivações dessas políticas estão consolidadas na Constituição Federal de 1988, no Art. 208 quando diz que “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;” (BRASIL, 1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, onde no Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria; no Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular, bem como na Resolução CNE/CEB nº 1/2000 e no Parecer CNE/CEB nº 11/2000 que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos, visando o enfrentamento ao analfabetismo. Até chegar a esse patamar, nas bases do Estado Novo, este é o nome dado à fase da Era Vargas que se estendeu de 1937 a 1945. Fase assim conhecida por ter sido um período ditatorial, com o poder centralizado no executivo e na sua própria figura (Getúlio Vargas), fase no modelo nazifascista europeu, foi quando houve respostas as demandas educacionais decretadas pela Reforma Capanema, nome da reforma do sistema educacional brasileiro realizada durante a Era Vargas (1930-1945), sob o comando do ministro da educação e saúde Gustavo Capanema.

Essa reforma, de 1942, foi marcada pela articulação junto aos ideários nacionalistas e pelo projeto político ideológico, implantado sob a ditadura do “Estado Novo”, foi assim surgiu o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

[...] Assim, configurava-se uma política educacional dualista, que reduzia ao limite das primeiras letras a trajetória escolar dos trabalhadores e de seus filhos, atendendo precariamente às demandas crescentes de inclusão no sistema educacional, complementada por um ensino profissionalizante paralelo (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC) comandado pelo empresariado, que atribui a si a função de formação técnico-política da classe operária engajada no mercado de trabalho. (ALMEIDA; CORSO, 2015, p.1286).

Após o fim do Estado Novo, no ano de 1945, com Getúlio Vargas deposto, no seu lugar, assumiu o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, foi então que o estado se viu obrigado a implantar políticas para a educação adulta em âmbito nacional.

No Brasil, a partir da década de 1940 começou uma atenção em relação à educação de jovens e adultos, com a intencionalidade de levar educação a brasileiros analfabetos das zonas rurais e estimular o desenvolvimento econômico e social.

A análise dos documentos revela, por exemplo, que o investimento na educação era concebido como solução para os problemas da sociedade. Outra concepção presente nesses documentos diz respeito ao papel do alfabetizador, identificado como aquele que tem uma missão a cumprir. O analfabeto, por sua vez, era visto de maneira preconceituosa, chegando-se a atribuir a causa da ignorância, da pobreza, da falta de higiene e da escassa produtividade à sua existência. (Ibidem, 2015, p.1287).

Deste modo, ter acesso à educação de Jovens e Adultos na zona rural era um tanto difícil, mas que com o passar dos anos essa situação foi se revertendo, na medida em que essas conquistas eram alcançadas foi diminuindo o preconceito com os analfabetos, que eram vistos como pessoas ignorantes por causa da sua condição socioeconômica.

Na década de 1950, teve aparecimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), sendo este um acontecimento representativo, haja vista nesta realidade havia 55% da população maior de 18 anos era considerada analfabeta.

Deste modo a UNESCO, denunciava ao mundo as profundas desigualdades entre os países e alertava para o papel que deveria desempenhar a educação, em especial a educação de adultos, no processo de desenvolvimento das nações consideradas atrasadas, a partir de então surgiu um movimento de incitação à criação de programas em nível nacional para atender adultos iletrados. No ano de 1963, Paulo Freire passou a ser incumbido de elaborar um Programa Nacional de Alfabetização, porém, tal iniciativa foi interrompida com o Golpe Militar de 1964, em que se confrontaram duas concepções em relação à educação de adultos: uma que tratava da educação como instrumento de libertação, e outra que a tratava como um treinamento de mão de obra e depois do golpe, as campanhas de alfabetização adquirem um viés conservador, em que foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

A partir da Constituição de 1988, passou a ser de responsabilidade do Estado a escolaridade independente de idade, levando a estender o direito a educação aos jovens e adultos, conforme o artigo 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.

Porém, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995/2002), com as reformas neoliberais, vem a reforçar a desresponsabilidade do Estado Brasileiro com a Educação de

Jovens e Adultos.

A partir dos anos 1990 constata-se a ocorrência da reforma do Estado e a instituição de políticas neoliberais, que foram mais exacerbadas durante os governos FHC. A tendência à retirada de direitos sociais repercutiu também nas políticas educacionais, bem como nas adotadas para a educação das pessoas jovens e adultas no Brasil. (CARVALHO, 2011, 35-36).

Na década de 1990 houve uma redução na idade para prestar exames para o supletivo, fazendo da EJA de caráter supletivo e de aceleração do ensino regular.

A nova identidade da EJA, ampliada, fragmentada, heterogênea e complexa, revelou-se nas atividades propostas pelas diferentes entidades, especialmente, pelo número elevado de experiências desenvolvidas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), voltadas à alfabetização, à educação básica, ou aos cursos profissionalizantes de nível básico. (ALMEIDA; CORSO, 2015, p.1292).

Neste sentido, percebe-se que com essa nova configuração, a EJA que passa ter mais condicionalidades, traz novas proposições, principalmente aquelas votadas para o campo do trabalho, para a educação profissional de jovens e adultos.

No governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003/2010), a política para a educação de jovens e adultos priorizou programas vinculados a elevação de escolaridade e a educação profissional. Com isso implantou-se o programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, denominado de PROEJA, com uma proposta de inclusão social por meio da capacitação do trabalho garantindo aos sujeitos da EJA escolarização vinculada à profissionalização.

A EJA pode ser compreendida em seu sentido formador da pessoa humana, enquanto sujeitos que fazem parte de um processo educativo. Assim, tais sujeitos devem ser entendidos como pessoas com especificidades próprias, carregados de experiências e valores que retratam seus anseios, pessoas que buscam desafios e que procuram ter acesso à formação.

Portanto, quando se pensa em políticas públicas voltadas para esse público, deve-se priorizar “[...] a construção e efetivação de um espaço [...] que considere a historicidade [...] o desenvolvimento de um pensamento crítico e reflexivo, e os interesses e expectativas de um novo público cada vez mais presente nas turmas da EJA: os jovens.” (SOUZA; et al, 2018).

Muito ainda há que se avançar com relação ao ensino de EJA, já que ela ainda é vista às margens das políticas educacionais no país, não sendo prioridade sua efetiva implementação e continuidade. A criação de uma política pública educacional que atenda aos anseios dos sujeitos da EJA necessita de investimentos reais que favoreçam a continuidade da oferta de estudos e a permanência do aluno na escola. (MIRANDA, 2016, p.03).

Destarte, esperamos que essa modalidade de formação seja vista em caráter emergencial, como uma política pública educacional que venha garantir efetivamente o direito

a escolarização para aqueles que não tiveram oportunidade de ensino na idade oportuna relacionando o conhecimento com a necessidade no âmbito de ensino EJA.

Visto que para a população do município de Miracema existe uma grande deficiência nas oportunidades de ensino para jovens em relação a conciliar o mercado de trabalho com estudo, resta a eles optar já na adolescência apenas pelo meio de sustento de sua família, assim não há outra opção a não ser trabalhar, muitos desses jovens futuramente buscam voltar ao sistema educacional para eles a opção de melhor acesso se torna a EJA.

De acordo com o mapeamento realizado, verificamos que o município de Miracema-TO conta com cinco escolas que ofertam a EJA sendo: duas estaduais (Escola Estadual Onesina Bandeira e Centro de Ensino Médio Santa Terezinha) e três municipais (Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Martins Noletto, Escola Municipal de Educação do Campo Vale do Tocantins e Escola Municipal de Educação do Campo Santa Marina). Dessa maneira, descreveremos, nesse instante, com detalhes sobre a oferta da EJA a Escola Estadual Santa Terezinha.

O Centro de Ensino Médio Santa Terezinha (CEMST) foi criado em 1958, com base no modelo “Educandários gratuitos no país”. Seu fundador foi o Padre José Patrício de Almeida, Vigário da Paróquia de Miracema do Norte naquela época, sob a doutrina e a filosofia da Igreja Católica Apostólica Romana, que além da visão religiosa, também, se preocupava com o aprendizado das comunidades. A escola ao ser criada recebeu o nome de “Escola Boa Viagem”, a qual funcionou, com esse nome até final desse ano, nas salas paroquiais, situada na Praça Derocy de Moraes e Travessa 7 de setembro.

O prédio atual foi construído em 1973 e sua transferência para o mesmo aconteceu no ano seguinte quando foi inaugurado pelo governador Leonino de Ramos Caiado e pelo secretário de Educação Hélio Humbelino Lobo. Em 1959, o Padre Samuel Aureliano Aires assumiu a direção da escola recém-criada, a qual passou a chamar-se “Escola Paroquial Santa Terezinha” em homenagem a Santa Terezinha, padroeira do município. Naquele tempo a referida escola era mantida pela igreja e pelas contribuições e taxas dos familiares dos alunos matriculados.

A partir de 2000 a 2003 cedeu uma sala para funcionamento do Curso de formação dos Professores do Magistério (PROFORMAÇÃO). De 2001 a 2004 disponibilizou três salas onde foram ministradas aulas tele presenciais da EDUCON\UNITINS (Universidade do Tocantins), para acadêmicos do Curso Normal Superior. Convém ressaltar o orgulho de inúmeros alunos aprovados em vestibulares e concursos públicos, além de ser destaque, também, por conseguir ingressar alunos nas vagas de estágios oferecidas por intermédio de

convênios com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE).

A unidade de ensino foi reconhecida em 15/02/78 pela Lei nº. 8.408/78. Em 02/12/1983, sob a resolução Nº. 193 fomos criadas a primeira turma do Curso Técnico de Contabilidade e reconhecido em 25/10/89 através da portaria 007/89; o referido curso funcionou nesta U.E até 1998. O Ensino Médio Básico foi implantado em 08/10/1996 através da portaria 696/96, seu funcionamento foi autorizado pela Resolução Nº. 035/97 e reconhecido pela portaria 8.937/2001, de 22/10/2001 quando a escola recebeu a nomenclatura de Centro de Ensino Médio Santa Terezinha. A unidade escolar oferece o curso Médio Básico Regular que funciona por meio da portaria- SEDUC Nº. 1.577 de 09 de abril de 2007 e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) 3º Segmento pela Portaria- SEDUC Nº. 1.879 de março de 2008. (CEMST, 2018).

Após esse breve histórico da escola Campo Cem Santa Terezinha, podemos afirmar que essa instituição tem uma grande importância em nossa cidade de Miracema do Tocantins. Apesar de grande valia para a população, a escola nestes últimos anos enfrenta problemas financeiros e estruturais, assim como em muitas escolas estaduais e municipais na atual conjuntura do nosso país.

A escola-campo, não difere das outras escolas públicas do Estado do Tocantins é composta na maioria, por alunos carentes, provenientes de lares desfeitos ou desestruturados pela falta de emprego ou atividade econômica, moradia adequada, o alcoolismo, uso de drogas, gravidez precoce e outros fatores de vulnerabilidade socioeconômicos (CESMT, 2018).

Esse contexto transforma em batalha pela manutenção da vida e dos poucos bens materiais de que dispõem. Dentro desse quadro, estudar, para uns, torna-se a única forma de escapar desse ambiente e, para outros, uma atividade de rotina, desvinculada das finalidades que nos levam- a direção, coordenação e decentes a tarefa diária de oferecer-lhes as melhores condições possíveis de educação e inserção no ambiente social.

O Centro de Ensino Médio Santa Terezinha atende a clientela na faixa etária dos treze aos dezenove anos no período matutino; no período noturno, os alunos estão na faixa etária dos quinze aos cinquenta anos de idade (CESMT, 2018).

As maiorias dos alunos moram em casas simples, são filhos de trabalhadores que sobrevivem do trabalho informal ou funcionários públicos, municipal, estadual ou federal, com uma renda a partir de meio salário mínimo. Quanto às clientelas atendidas, essa é composta por adolescentes, jovens e adultos, a maioria oriunda de famílias de baixa renda, desses, muitos já estão inseridos no mercado de trabalho tanto formal quanto informal.

Um grande desafio para a escola é motivar seus alunos, no sentido de que eles busquem constantemente superar suas limitações, pois há um elevado índice de evasão no período noturno, ocasionado pela falta de expectativas em relação ao crescimento pessoal, profissional e educacional. A situação econômica e a falta de emprego têm contribuído de forma acentuada para a migração de muitas famílias, em direção a outras cidades e/ou fazendas em busca de melhores condições de vida. Isso vem refletindo em altos índices de evasão, bem como a falta de expectativa de vida dos educandos e seus familiares (CEMST, 2018).

O Centro de Ensino Médio Santa Terezinha (CEMST) oferta a EJA desde 2005 sendo que até 2012 somente havia a oferta do 3º segmento, que se destaca em período do (1º 2º, 3º anos do ensino médio), para aqueles alunos que ainda não tenham concluído o ensino médio.

De acordo com informações extraídas da Secretaria do Colégio (2018), o 1º e 2º segmentos somente em 2013 passaram a serem ofertados. Sendo que o 1º segmento é realizado na cadeia pública de Miracema do Tocantins, para as pessoas privadas de liberdade.

Sobre o material didático, a unidade escolar possui apostilas próprias para a EJA, entretanto não possuem material suficiente para todos, dessa maneira, os professores optaram por usar os livros didáticos do ensino regular. Nessa escola também foi ofertada a modalidade de ensino “Pro Jovem Urbano”, iniciada em 2012 e se destinava aos jovens que ainda não tenham concluído o ensino fundamental, e a duração desse curso era de 18 meses, e a faixa etária é de 18 a 29 anos. Segundo os dados informados sobre este programa “Pro Jovem Urbano” deu-se início em 2012, em âmbito estadual e municipal, em Miracema do Tocantins dois colégios iniciaram essa modalidade de ensino, no entanto ele foi extinto pela grande evasão dos alunos e as salas de salas foram fechadas. Atualmente a escola não oferta nenhum programa de alfabetização, apenas o ensino regular da EJA.

No ano de 2018, no primeiro semestre foram 130 alunos matriculados no 2º segmento da EJA, no entanto desses alunos apenas 42 foram aprovados, 38 alunos reprovaram e 42 evadiram da escola. Tal realidade é alarmante aos educadores envolvidos, tanto mais para as políticas públicas e sociedade em geral, isso significa grande prejuízo para a escola por seu princípio educacional e formador, quanto ao próprio estudante e são diversas, as causas da evasão ou infrequência do aluno da EJA na escola.

De acordo com Oliveira (1998):

Altas taxas de evasão e repetências são sintomas de que não se processou a adequada integração social no modo de vida, da escola as condições socioeconômicas e culturais do meio dos quais os alunos provem precisam ser levados em conta pela escola e seu currículo. (p. 142).

Isto é, a escola não vem está sendo completamente plena, ao que diz respeito no seu papel social. A evasão está relacionada intrinsecamente a condição socioeconômica e cultural dos alunos. Portanto, a pobreza é um fator fundamental para pensar a evasão, no sentido de promover políticas públicas que visem solucionar esse problema. A instituição de ensino existe para construir os processos de aprendizagem dos alunos nos níveis: intelectual, emocional e ético, tanto no campo individual e coletivo.

De acordo com a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais a Educação de Jovens e Adultos deve ser pensada como um modelo pedagógico próprio, com o objetivo de criar situações de ensino-aprendizagem adequadas às necessidades educacionais de jovens e adultos, englobando as três funções: a reparadora, a equalizadora e a permanente, citadas na Resolução da CEB/CNE nº 01/2000 e no Parecer da CEB/CNE nº 11/00.

De acordo com essas diretrizes, a função reparadora significa a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade e o reconhecimento de igualdade de todo e qualquer ser humano. A função equalizadora dará cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos da sociedade possibilitando-lhes a reentrada no sistema educacional. Finalmente, a Educação de Jovens e Adultos deve ser vista como uma promessa de qualificação de vida para todos, propiciando a atualização de conhecimentos por toda a vida.

Assim, a função permanente da Educação de Jovens e Adultos, não é apenas alfabetizar, engrossar índices e estatísticas, mas reconhecer os cidadãos que nela se matriculam e permitir, de fato, que acumulem ferramentas para o exercício da cidadania. Dessa maneira, a escola e os educadores devem pensar em como articular os conhecimentos prévios frente aos disseminados pela cultura escolar. Primeiramente, articular os conhecimentos trazidos pelo aluno da EJA, de sua vivência e sua visão de mundo. Valorizar seus conhecimentos, estimular o que já sabem associando com os novos conhecimentos explorados em sala de aula e por meio do diálogo, nem puramente academicista e nem puramente instrumental, buscar equilíbrio acolhendo o sujeito. É preciso reinventar a didática cotidiana para a organização do trabalho pedagógico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evasão escolar sempre foi e será assunto em questão quando se for falar em algo relacionado com a educação, precisamente a da EJA. É nítido que são diversas causas que implicam neste fator. Pelas visitas e informações que recolhemos podemos considerar que o aluno que trabalha a noite, por si só já é uma jornada bem cansativa assim, logo, ir à escola após chegar do serviço exige do aluno uma grande força de vontade.

Os alunos que cursam a EJA vêm nessa modalidade de ensino, uma forma de torna-se liberto da dependência de outras pessoas e na esperança de ter uma qualificação para o mercado de trabalho e muitas vezes estão em busca de meios para avançar profissionalmente.

Assim, pontuamos duas atenuantes que podem influenciar na evasão dos alunos da EJA, na escola-campo:

- Professores sem formação continuada para atuarem na EJA;
- Material didático insuficiente para os alunos e professores; próprios para a EJA é tudo basicamente no improvisado. Assim, fica difícil despertar no aluno o interesse de continuar os estudos e não desistir por conta das dificuldades. Podemos observar nas visitas que os alunos da EJA precisam de um planejamento diferenciado dos demais, um que seja de acordo a sua realidade, mas, o que vimos foi exatamente o contrário e que professores e muito menos a escola em si não estão dando a mínima para a taxa de evasão e não fazem nada para mudar essa triste realidade.

Por fim, para que haja mudanças significativas de melhoria na qualidade da oferta da EJA, as escolas necessitam investir mais na qualificação docente, principalmente, nos que trabalham nessa modalidade de ensino, priorizar a qualidade dos materiais didáticos destinados para esses sujeitos de direito e intensificar esforços na permanência dos discentes da EJA, para que esses busquem na escola significado/relação com o mundo do trabalho e seu cotidiano.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008, 464 p.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos** (Parecer CNE/CEB Nº 11/2000 e Resolução CNE/CEB Nº 1/2000).

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 6/2010, Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2008.** Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvidos por meio da Educação a Distância.

CARVALHO, Marcelo Pagliosa. **As políticas para a Educação de Jovens e Adultos nos governos Lula (2003-2010):** incongruências do financiamento insuficiente. São Paulo 2011.

CESMT, Centro de Ensino Médio Santa Terezinha. **Projeto Político Pedagógico.** Miracema do Tocantins-TO, 2018.

CESMT, Centro de Ensino Médio Santa Terezinha. **Secretaria Escolar.** Miracema do Tocantins-TO, 2018.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade,** 23. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1986.

MIRANDA, Leila Conceição de Paula; SOUZA, Leonardo Tavares de; PEREIRA, Isabella Rodrigues Diamantino. **A trajetória histórica da EJA no Brasil e suas perspectivas na Atualidade.** In: Seminário de iniciação científica, 2016.

SOUSA, Ana Inês et al. **Paulo Freire Vida e obra.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

SOUZA, Thiana do Eirado Sena de; GONÇALVES, Maria de Passos Brandão; CUNHA JUNIOR, Adenilson S. **O processo histórico de consolidação da educação de jovens e adultos:** as políticas públicas voltadas para EJA e a luta dos movimentos sociais para a efetivação do direito a educação. Bahia, 2018.

VASCONCELLOS, Celso S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico:** do trabalho político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo, SP: Libertard, 2002.